

1 CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

2

3

4

RELATÓRIO DE COMISSÃO

5

6 Comissão: Comissão de Odontologia Hospitalar (COH)

7 Membros presentes:

8 Do CFO: Dr. Ailton, Dr. Emerson, Dr. Rogério, Dr. Marcio, Dr. Eimar, Dr. Nilo, Dr. Cabral.

9 Da COH: Dra. Jaqueline, Dra. Lilian, Dra. Luiz Alberto, Dr. Fredrico, Dra. Viviane

10 Data: 14 de abril de 2016

11 Local: Sede do CFO - Brasília

12 Pauta: Primeira reunião da Comissão de OH com CFO

13

14

15

ATA DA REUNIÃO

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

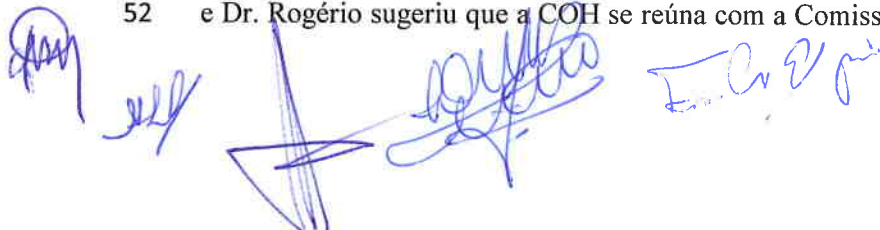
49

50

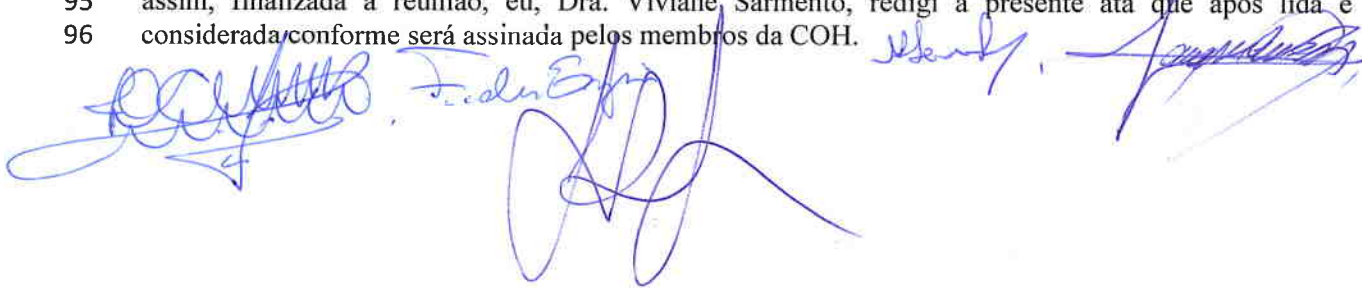
51

52

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, reuniram-se na sede do CFO em Brasília, os membros da Comissão de Odontologia Hospitalar (COH) e membros do Conselho Federal de Odontologia (CFO), conforme lista nominal acima. Dr. Ailton deu início à reunião dando boas-vindas a todos e solicitou que todos se apresentassem. Em seguida também deram boas-vindas Dr. Emerson e Dr. Eimar. Dra. Jaqueline informou que trouxe sugestão de Plano Estratégico para a COH, incluindo metas, ações, cronograma e profissionais responsáveis para cada meta. Dr. Ailton informou que Dr. Pucca estará hoje no CFO e mais tarde poderá conversar com o grupo. Dr. Eimar ponderou que todas as questões relacionadas à OH são recentes, mesmo que alguns serviços existam há mais de 50 anos; e que o CFO sempre apoiou essa causa; e que talvez num tempo próximo a função das Comissões de OH dos CROs será findado, cabendo a COH do CFO trabalhar nas questões técnicas e das associações científicas de se envolver com as questões pedagógicas. Dr. Nilo informou que o PLC 34/2013 está tramitando no Senado, e que no momento o CFO tem apoio da Senadora relatora. Informou ainda que para a aprovação do PLC será necessária a exclusão da assistência domiciliar e para pacientes com doenças crônicas. Dr. Cabral complementou explicando qual é o percurso do projeto até sua chegada à Casa Civil e que acredita que a nova transcrição permitirá sua aprovação. Todos concordaram que essa modificação é necessária com vistas à aprovação do PLC. Em seguida, Dra. Jaqueline explanou sobre a proposta de metas e ações da COH. Uma primeira meta seria a promulgação de uma Resolução pelo CFO que permitisse a constituição de um Corpo Clínico Odontológico nos hospitais a exemplo do que existe na área médica, que estabelecesse os direitos e deveres do CD naquele ambiente. Dra. Jaqueline informou que enviou uma proposta de modelo de regimento interno para apreciação do CFO e Dra. Lilian também possui uma minuta sobre isso que trata da fiscalização pelos CROs dos CDs em hospitais. Dr. Rogério solicitou que as duas propostas fossem uniformizadas e submetidas ao CFO como proposta de resolução para avaliação. Depois Dra. Jaqueline sugeriu outra meta que seria o levantamento dos Serviços de OH existentes em cada estado. Dr. Rogério solicitou que esta demanda seja dirigida ao CFO para que este solicite aos CROs tal levantamento. Outra meta proposta por Dra. Jaqueline foi discutir as formas de se exigir o cumprimento da RDC 7/2010. Dra. Viviane explicou como tem trabalhado na Bahia, onde solicitou apoio da Defensoria Pública do estado que irá oficiar os hospitais públicos que possuem UTI questionando pela presença do CD, além de trabalhar com direito em saúde, informando a população de seu direito à assistência odontológica hospitalar. Dr. Frederico indagou como será a normatização da lei de OH, caso aprovada. Dra. Jaqueline informou que já elaborou uma fórmula que pode ser aplicada nos hospitais para calcular a relação CD/leitos nos hospitais que está publicada no site da AMIB. O próximo ponto discutido foi sobre as sugestões de alteração das Resoluções 162 e 163/2015, produzidas no último encontro das Comissões de OH dos CROs. Dr. Eimar informou que essas sugestões devem ser avaliadas pela Comissão de Ensino do CFO e Dr. Rogério sugeriu que a COH se reúna com a Comissão de Ensino para que possa fundamentar as



53 sugestões. Em seguida, Dr. Eimar informou que já existe minuta sobre registro no CRO de egressos de
54 Programas de Residência e que está em avaliação no jurídico. Dra. Jaqueline informou que outra meta
55 da COH seria discutir o financiamento dos procedimentos e profissionais envolvidos na assistência
56 hospitalar. Dra. Lilian informou que existiu evento recente no Paraná sobre o tema e que os entraves à
57 regularização junto à ANS incluem a inexistência de tabela específica de procedimentos odontológicos
58 que podem ser realizados em ambiente hospitalar em conjunto com os demais gastos necessários à
59 realização desses procedimentos. Dra. Jaqueline também acrescentou como meta discutir os processos
60 de gestão da área de OH, inclusive a possível necessidade de se alterar o CEO de forma a incluir
61 questões não abordadas. Acrescentou também a meta de se discutir o campo pedagógico e de ensino.
62 Isso inclui a discussão das formas de qualificação do profissional, da organização do processo de
63 habilitação, atuando em conjunto com a Comissão de Ensino do CFO, e mesmo estabelecer para o
64 futuro qual será a forma de capacitação adequada para o CD que deseja atuar em ambiente hospitalar.
65 Dr. Eimar questionou se seria função do CFO ditar a forma de capacitação a ser exigida. Como órgão
66 regulamentador, não seria esta a instância para tal decisão. Dra. Jaqueline ponderou que a intenção da
67 COH seria promover uma ampla discussão sobre isso. Dr. Eimar e Dr. Rogerio informaram que talvez
68 isso seja uma consequência normal do amadurecimento desta área profissional e que o cirurgião
69 dentista é que deverá decidir como deseja se capacitar; que o Conselho não teria o poder de definir
70 isso e que apenas registraria o certificado obtido e que o mercado definirá o perfil de CD que deseja
71 para empregar ou selecionar para seu quadro. Quanto ao cronograma de reuniões, foi sugerido que a
72 COH tenha reunião bimensal presencial e reuniões mensais virtuais. Dr. Rogério sugeriu que as
73 reuniões ocorram na medida que existam demandas a serem discutidas para que possam ser produtivas
74 e tragam resultados, ao que todos concordaram. Em seguida foi discutida a necessidade que os
75 Regionais sejam informados pelo CFO sobre a prorrogação do prazo para inscrição das solicitações de
76 Habilitação. Dr. Luiz acrescentou que talvez fosse importante regulamentar também a necessidade de
77 um TCC ao final dos cursos de habilitação em OH. Dr. Rogério informou que a legislação apenas
78 exige TCC para cursos de especialização; que talvez fosse possível exigir um artigo científico. Dando
79 continuidade, Dr. Pucca e Dr. Keller se juntaram à reunião. Dra. Jaqueline argumentou sobre algumas
80 questões para as quais o Ministério da Saúde (MS) possa colaborar, mostrando organograma elaborado
81 sobre a RAS em Odontologia. Dr. Pucca sugeriu que um possível caminho seria solicitar audiência
82 com o Ministério da Saúde, informando que já existe uma habilitação em OH e sugerindo formação de
83 Comissão para criar rol de procedimentos odontológicos hospitalares. Dr. Ailton acredita que a
84 depender do grau de sensibilização do MS, a aprovação do PLC não seja essencial, ao que concordou
85 Dr. Pucca. Dr. Pucca informou que o PLC tem um vício de origem que é a obrigatoriedade, pois as
86 relações do MS com as instituições de assistência à saúde dependem de pactuação e não de critérios
87 obrigatórios. Dr. Ailton então informou que redigirá solicitação de audiência com o MS e que
88 solicitará a Dr. Pucca para entregá-lo. Dr. Pucca ainda trouxe para discussão o problema da deficiência
89 dos cursos de graduação em Odontologia na formação do estudante na área de OH, e que o
90 GraduaCEO pode se tornar um grande aliado neste processo. Também ponderou sobre a necessidade
91 de se conhecer os serviços de odontologia próprios e terceirizados exigidos em Portaria para
92 funcionamento dos CACONS. Dra. Jaqueline lembrou ainda da necessidade de comunicação com os
93 CEOs ao que foi informado pelo Dr. Pucca que de acordo com o Programa "Viver sem Limites", os
94 CEOs podem ter adicional de 20% quando fazem adesão a unidades de saúde de alta complexidade. E
95 assim, finalizada a reunião, eu, Dra. Viviane Sarmento, redigi a presente ata que após lida e
96 considerada conforme será assinada pelos membros da COH.

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Pucca', a large, stylized signature that could be 'Keller', and another signature on the right side. The signatures are written over the end of the typed text.